

Entre ritos e rituais fúnebres dos Boe bororo de Mato Grosso e sua importância para a cultura da aprendizagem escolar sob a ótica da lei 11.645/2008 numa perspectiva decolonial

Suely Maria Pires¹

Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso

Eder Carlos Cardoso Diniz²

Instituto Federal Baiano/Xique-Xique

Resumo: o presente artigo aborda brevemente a história da Lei 11.645/2008, sua importância e como a mesma dialoga com a cultura do Povo Boe Bororo, em especial os ritos e rituais do funeral indígena. Pretendemos ao mostrar o ritual, destacar a importância de se conhecer mais os povos indígenas, sua cultura e valorizar e respeitar sua história e sabedoria. Essa guinada cultural é importante para se preservar e reconhecer a importância e evitar os epistemocídios dos povos indígenas, permitindo uma educação intercultural em direção a uma transformação de racionalidade e valorização das culturas outras.

Palavras-chave: Lei 11.645/2008; história e cultura indígena; funeral Boe bororo; educação intercultural.

¹ Professora efetiva de História da Educação Básica do Estado de Mato Grosso. Graduada em História, Bacharel em Administração Pública, Especialista em Educação Ambiental, Mestre em Educação e Doutoranda em História, sendo todas as titulações informadas cursadas na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

² Professor efetivo de história do IFBaiano/Xique-Xique. Graduado em história e mestre em educação ambos pela Universidade Federal de Mato Grosso/Rondonópolis. Integra os grupos de pesquisa Investigação (UFR) e GPeL (IFRO/Vilhena).

Between funeral rites and rituals of the Boe bororo of Mato Grosso and their importance for the culture of school learning under the perspective of law 11.645/2008 from a decolonial perspective

Abstract: this article briefly discusses the history of Law 11.645/2008, its importance and how it interacts with the culture of the Boe Bororo People, especially the rites and rituals of indigenous funerals. The aim is to show the ritual, the importance of getting to know indigenous peoples, their culture and valuing and respecting their history and knowledge. This cultural shift is important to preserve and recognize their importance and avoid epistemicides of indigenous peoples, allowing intercultural education towards a change of rationality and appreciation of other cultures.

Keywords: Law 11.645/2008; indigenous History and culture; Boe bororo funeral; intercultural education.

Entre rituales funerarios y rituales del Boe bororo de Mato Grosso y su importancia para la cultura del aprendizaje escolar en la perspectiva de la ley 11.645/2008 desde una perspectiva decolonial

Resumen: este artículo analiza brevemente la historia de la Ley 11.645/2008, su importancia y como interactúa con la cultura del Pueblo Boe Bororo, especialmente los ritos y rituales de los funerales indígenas. El objetivo es mostrar el ritual, la importancia de conocer a los pueblos indígenas, su cultura y valorar y respetar su historia y conocimientos. Este cambio cultural es importante para preservar y reconocer la importancia y evitar epitemicidios de los pueblos indígenas, permitiendo la educación intercultural hacia una transformación de la racionalidad y la valoración de otras culturas.

Palabras clave: Ley 11.645/2008; historia y cultura indígena; funeral Boe bororo; educación intercultural.

*Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.
Oswald de Andrade*

E, assim, começou o secular processo de apagamento da cultura material, imaterial e a história dos povos indígenas brasileiros, com o fenômeno do epistemicídio, conforme advogam os estudos do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1999). Desde então, os saberes e fazeres das culturas indígenas vêm sendo apagados em detrimento do eurocentrismo, por conta do processo violento da colonização implantada na América pela Coroa Ibérica e seus súditos. A própria denominação de América ao continente recém-invadido pelos europeus já constitui, em si, uma violação epistêmica aos povos originários, visto que, conforme os estudos do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2009), o qual tinha a autodesignação de *Abya Yala* que, na língua e na visão cosmológica do povo Kuna, figura com o seguinte significado: Terra Madura, Terra Viva, Terra em Florescimento (GONÇALVES, 2009).

Não se deve esquecer de que a nomenclatura dada de “Índio” aos povos que aqui já viviam também faz parte de uma complexa narrativa e convenção social estabelecida na Europa, que trouxe e importou sua linguagem colonizadora. Podemos afirmar que os nativos, na contemporaneidade, não aceitam ser chamados de índios, mas sim de indígenas, pois entendem que cabe mais no contexto da história (Índigena = quem é de outro país, estrangeiro, forasteiro). Os indígenas latino-americanos foram e ainda continuam sendo silenciados pela historiografia eurocêntrica, para justificar todo o processo colonizador, os quais foram submetidos ao racismo, que conjuga múltiplas formas de violência, como a verbal, corporal, psicológica, sexual, religiosa, cultural, os esbulhos de suas terras e riquezas, dentre outras. Há também o emprego sistemático da miséria, dos estereótipos, do extermínio por meio de doenças, trabalhos forçados e, até mesmo, levando ao suicídio.

Após esse contato com os invasores, perderam seus nomes, sobrenomes, idiomas, tradições e seus territórios ancestrais. No continente nomeado de *Abya Yala* pelos povos originários, que é América, os conhecimentos, os saberes indígenas foram relegados em detrimento dos saberes, tidos como superiores, válidos e verdadeiros expressados na branquidade europeia. Um dos caminhos utilizados para o apagamento e silenciamento da história e cultura dos povos indígenas tem como engrenagem a catequização, via educação religiosa dos povos nativos da América.

Por seu turno, as instituições eclesásticas, em conjunto com as escolas, são alguns dos principais instrumentos onde se reproduzem os sintomas da dominação e da imposição de uma cultura sobre a outra e era exatamente isso e, ainda, é

praticado no continente americano, desde o princípio da colonização até os dias atuais. Um dado mais agravante nesse contexto educacional, tendo em conta a referência intelectual do historiador Marcelo Fronza (2020), assim intitulado: O confronto de histórias em quadrinhos sobre a conquista da América como mobilizadoras de geração do sentido histórico nas narrativas gráficas produzidas por jovens estudantes do ensino médio, ficou explícito, por exemplo, na ausência de abordagem que evidencie a história de luta e a resistência dos povos indígenas em desfavor aos europeus.

Infelizmente, esses dados apontados por Fronza, junto aos alunos (as) de uma escola pública do Estado de Mato Grosso, é a realidade na maioria dos espaços escolares em nosso país. E, em se tratando de instituições privadas, o silenciamento em relação à história das sociedades indígenas é ainda mais preocupante. No entanto, esse sintoma do apagamento, por exemplo, da história indígena no imaginário dos estudantes é fruto e tem relação com algumas deficiências que, aos poucos, foram se transformando ao longo do tempo, no campo da elaboração do conhecimento nas ciências sociais no ocidente.

De fato, aconteceu que surgiram algumas fissuras nas estruturas canônicas do conhecimento. Um exemplo disso foi o movimento no campo da historiografia com a Escola dos Annales, assim como da concepção da dialética, com o pensamento da escrita da história a contrapelo, elaborado pelo filósofo Walter Benjamin e, em conjunto com a conformação da antropologia e dentre outras áreas das ciências sociais em geral, que estava em voga no século XX. Esses segmentos da produção do conhecimento científico passaram a privilegiar em seus estudos aqueles que estavam às margens da sociedade. Percebemos, então, mudanças quando pontuam que os povos indígenas americanos resistiram ao apagamento de sua história e cultura no Brasil e, precipuamente, em Mato Grosso.

Agora, no que se refere ao acontecimento em tela no ambiente escolar, não foi diferente, senão bem pior, visto que, por exemplo, entre as décadas de 1970 e 1980, essa resistência foi invisibilizada, silenciada e apagada nos espaços escolares. Havia uma produção a respeito, como no caso da clássica publicação do antropólogo Pierre Clastres, com a obra *A sociedade contra o Estado*, de 1979, mas que ficava restrita ao universo acadêmico, com restrições e, claro, não chegava às escolas, por conta de uma política ditatorial daquele período - a ditadura empresarial-militar, que durou mais de vinte anos e excluiu do currículo escolar a disciplina História. Uma outra razão, que contribuiu substancialmente para essa constatação aferida pelo historiador Fronza, trata-se, pois, da ausência de uma disciplina na graduação e na pós-graduação sobre o ensino da didática da História, por exemplo, que conecte o saber científico ao saber escolar.

Todavia, foi somente a partir da redemocratização no Brasil, em meados da década de 1980, por meio de inúmeras pressões dos movimentos sociais de maneira especial e do Movimento Negro, com leis afirmativas, que começaram a pensar no âmbito educacional no país. Essas pressões sociais desembocaram no ano de 2008, sob o então governo do mandatário Luiz Inácio Lula da Silva e de seu ministro da Educação, Fernando Haddad, quando da Lei 9.394/1996, assim modificada pela Lei 10.639/2003 e, em conjunto da Lei 11.645/08, que tornou obrigatória no currículo educacional das redes de ensino de todo país a inclusão dos estudos da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Esse foi e ainda é o maior legado desse governo e uma grande vitória à visibilidade dos saberes indígenas no território nacional brasileiro.

A educação escolar indígena, sob a perspectiva da lei 11.645/2008

Devido às lutas e intervenções dos movimentos sociais no final da ditadura civil militar brasileira (1964-1985), os chamados excluídos da história, começaram a ter a sua visibilidade. No período havia uma valorização pelo estado de políticas que primaram pela expansão da fronteira agrícola, construção de grandes rodovias e usinas. Concomitante houve ataques violentos aos indígenas com assassinatos, envenenamentos, ocupação, grilagem, roubo de madeira, loteamento e destruição de seus territórios tradicionais. Toda essa destruição era justificada como integração dos povos indígenas e em prol do desenvolvimento e progresso (FANELLI, 2021). As populações indígenas pagaram e pagam um preço altíssimo por conta do retalhamento de suas terras em projetos oficiais e não-oficiais. Contudo, esses povos resistem ao seu genocídio por meio de participação, organização política e também com o apoio de muitos grupos indigenista, Perdígão e Bassegio (1992).

Durante a formulação da Constituição Federal (CF) de 1988, a educação escolar indígena tem a sua grande virada. A escola deixou de ser escola para índio, tornando-se o lugar de debates, discussões e as falas indígenas ganharam visibilidade. A educação intercultural avançou sobremaneira, o plural e o diverso conquistaram espaços nos contextos indígenas e não indígenas, aconteceu uma virada epistêmica (BANIWA, 2013).

A diversidade cultural, seus debates e questões ganharam visibilidade no tocante às reflexões antropológicas e educacionais, principalmente a partir da publicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que modificaram a Lei de Diretrizes e Base da Educação (9.394/96). As mesmas permitiram um diálogo mais intenso entre os dois campos do conhecimento, e apresentaram políticas públicas de reconhecimento e valorização da diversidade educacional. Nelas tanto as questões da cultura afro-brasileira e indígena saem do campo das ideias e pautas que orbitavam a educação, para adentrarem o espaço educacional e escolar. Elas foram consequências de lutas incessantes dos movimentos negros, afrodescendentes e indígenas contra o epistemicídio e a invisibilidade desses povos.

O intenso diálogo intercultural entre representantes e setores dos diversos segmentos e grupos sociais permitiu o avanço da educação sob uma ótica intercultural. A criação das leis de ações afirmativas no Brasil ocorreu por meio de uma intensa troca de diálogos entre representantes e setores educacionais, envolvendo saberes interculturais presentes na diversidade social do povo brasileiro, a qual faz evocar os estudos de Santos (2009: 443), ao pontuar o seguinte: “no diálogo intercultural, a troca não é apenas entre diferentes, mas também entre diferentes culturas, ou seja, entre universos de sentido diferentes e em grande medida incomensuráveis”. Reforçamos com a fala do protagonista, líder indígena Ailton Krenak, que após a redemocratização do país, sobretudo com a aprovação da Carta Magna de 1988, as questões indígenas ganharam maior relevância, pois, até então, o que se pensava sobre os povos indígenas brasileiros era que estes estavam fadados ao desaparecimento.

O autor em questão conta que, ao estabelecer contato com o ilustre antropólogo Darcy Ribeiro, este teria ficado muito surpreso ao tomar conhecimento de que a etnia Krenak ainda existia, pois havia escrito no livro: “Índios e as civilização”, que esses índios estavam extintos do território brasileiro. Ante o exposto, observa-se que, se o processo de dominação epistemológica, da história e da cultura dos povos indígenas teve como um dos percursos a educação, então, será por

meio dela que ensejará novas formas de transformação para minar essa estrutura canônica na educação. Por este motivo, são necessárias medidas de políticas públicas que contemplem, no sistema educacional brasileiro, a inclusão da história e da cultura dos povos indígenas no currículo.

Entre o ritual e o funeral: princípios educativos



Bakororo e Itubore, são os dois principais heróis míticos, que criaram tudo aquilo que é importante para a sociedade Bóe Bororo. No ritual do funeral, eles recriam o ato criador dessa sociedade.

Figura 1 - Imagem na entrada da escola Leosídio Fermau, Aldeia Tadarimana (Rondonópolis-MT).

A historiografia só recentemente tem mudado sua perspectiva em relação aos indígenas, pois durante muito tempo a mesma pautava-se na ideia de que os mesmos eram atrasados, sem cultura, sem conhecimento. A partir da reflexão crítica e mudança de postura a história passou a reconhecer a temática indígena e a valorizá-la, inclusive abrindo espaços para que os mesmos possam se valer de suas narrativas e dar um basta ao silenciamento e apagamento de sua cultura.

Um dado para reflexão é que, para a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, na obra de Índios do Brasil, a colonização tem como marca maior o processo de Invisibilização da história e da cultura dos povos indígenas. Nesse sentido, fazem-se necessárias ações com políticas públicas que permitam a inclusão, a ocupação dos indígenas nos espaços chave na sociedade, a visibilidade, o respeito e o empoderamento da cultura, da terra e, precipuamente, quanto à história indígena, que deve ser elaborada em uma perspectiva pelo próprio indígena. Esse é um processo cujos resultados virão a longo prazo, pois, tendo em conta a lei de ações afirmativas na educação, com pouco mais de dez anos de sua implantação, percebe-se que a mesma deve vir acompanhada de novos mecanismos que possibilitem “construir um sentimento de unidade e pertencimento” dos povos originários” (PORTO-GONÇALVES, 2009: 2).

A atual legislação vem possibilitando a construção de vários caminhos que incluem, por exemplo, as pesquisas científicas que impulsionam para um novo pacto social, uma nova leitura de mundo, a partir de temas que levem em conta o histórico de injustiças, opressões, genocídios, epistemicídio do colonialismo contra os povos indígenas brasileiros. Nessa perspectiva, ao adentrar a Escola Indígena da Terra Indígena Tadarimana, deparamo-nos com essa significativa imagem da cultura dos Boe³, ilustrada acima (Figura 1).

Na cultura dos Boe, a história e os costumes são transmitidos por meio de seus rituais e pela oralidade. Dentre eles, o mais importante e responsável por preservar a memória e o conhecimento desses povos ocorre com o funeral, que é considerado por cientistas sociais como um dos ritos fúnebres mais elaborados do mundo, pois não aborda apenas a morte, mas também a vida. Entre os episódios que marcam o ciclo de vida da sociedade indígena em questão, a morte é um dos mais importantes. Na concepção da cultura Boe, a morte constitui uma passagem para uma nova forma de existência. Por isso, o ritual é tão rico e constitui o prenúncio de um renascimento, tratando-se, desse modo, de uma garantia de sobrevivência do espírito, em um outro plano, que se inicia na aldeia dos mortos, com Itubore ou Bokororo.

O ritual fúnebre *Boe*, que dura cerca de três ou quatro meses, dependendo do processo de decomposição do cadáver, representa o tempo que o *aroe* (alma) leva para sair da vida material (corpo) e entrar na vida espiritual (alma). Ou seja, esse processo se constituiu como uma espécie de estágio ritualístico cultural transformador e purificador do espírito, para que a alma chegue limpa a sua nova morada, sem nenhuma amarra ao mundo material. Os *Boe* não temem a morte, pois, culturalmente, sabem que ela faz parte da vida. Em sua visão cosmológica, consideram o falecimento como um fator natural, intransferível e insubstituível. Assim sendo, na perspectiva cultural Boe, sofrer é a melhor maneira de mostrar respeito e consideração com a perda do outro. Esse estar junto e sofrer com a perda do semelhante é o que constitui o ritual fúnebre *Boe*. Por esse motivo, o ritual é tão importante e elaborado, porque a morte de um *Boe* significa uma perda irreparável para toda a sociedade, expressada muito fortemente por parte das mulheres.

Uma vez constatado o óbito, inicialmente as mulheres iniciam o ritual com agudíssimos gritos e muito choro. Durante essa etapa do ritual, elas, em uma demonstração de extremo afeto ao falecido(a), auto sacrificam seus corpos e arrancam seus cabelos. Culturalmente, esse ato faz parte do luto dos *Boe* que, por serem iguais ao morto, submetem os seus próprios corpos a danos equivalentes ao do falecido. Isso porque, para essa sociedade, apesar de entenderem a morte como algo natural, ela acarreta prejuízos à comunidade, principalmente quando se trata de um ancião, por se constituir na perda de um organismo, de um corpo, de um guardião das memórias.

Num segundo momento, é tempo de preparar o corpo para a passagem à aldeia dos mortos, onde Bokororo e Itubore aguardam o *aroe* (alma). Na cultura *Boe*, para que essa passagem aconteça de forma total, é preciso que o corpo passe pelo processo de purificação e renovação. Esse costume fúnebre significa que o falecido percorreu o caminho possível de percorrer durante sua existência, de acordo com as possibilidades que lhe foram apresentadas, até chegar à única, certa e inevitável: a morte. Para os *Boe*, o óbito significa atingir a totalidade do

³ Usa-se no presente estudo somente o termo Boe, pois, segundo os anciões desse povo, o termo Bororo foi dado pelos colonizadores. Semelhante ao que aconteceu com dezenas de outros povos indígenas no Brasil e nas Américas. Os colonizadores atribuíram novas denominações aos povos contactados. Portanto, é preciso descolonizar esses termos eurocêntricos. Nesse sentido, acata-se a autodenominação de Boe, que significa gente. Na sua língua materna, a expressão *Bororo* significa pátio da aldeia, um espaço importante em todas as suas manifestações culturais.

ser. Durante o ritual fúnebre, o(a) falecido(a) continua presente por meio de seu corpo, de maneira não viva, por isso essa estrutura física deve ser decomposta o mais rápido possível, para que, sem um corpo, o *aroe* (alma) seja conduzido a sua nova morada, em um outro plano.

Durante o ritual fúnebre (desde a morte até o enterro definitivo), tudo é muito bem celebrado, principalmente os três últimos dias, chamados por membros dessa sociedade de tríduo. São os dias mais solenes e nos quais mais se empenham, pois é durante esses dias que se realiza a pintura e os enfeites dos ossos, permitindo, assim, que o *Boe* realize a sua viagem. Porém existe um período de perambulação até a morada definitiva, do reino do Bakororo, sol poente, para Itubore, sol nascente. O céu, que está também muito bem-organizado, não garante, diretamente, a morada do falecido. Isto quer dizer que há de passar pelo funeral, pelo tempo de purificação e esperar que as carnes se desfaçam, que os ossos fiquem limpos para serem enfeitados, a fim de que, assim, encerrem o funeral. Agora, transformado em *aroe*, o morto realizará uma longa viagem à sua nova morada. Essa viagem terá a mesma duração do ritual fúnebre que o redime de todos os males praticados na vida terrena. Para os *Boe*, o *aroe* pode escolher a sua morada na aldeia dos mortos, independente dos seus atos terrenos. Todas as almas têm o mesmo destino.

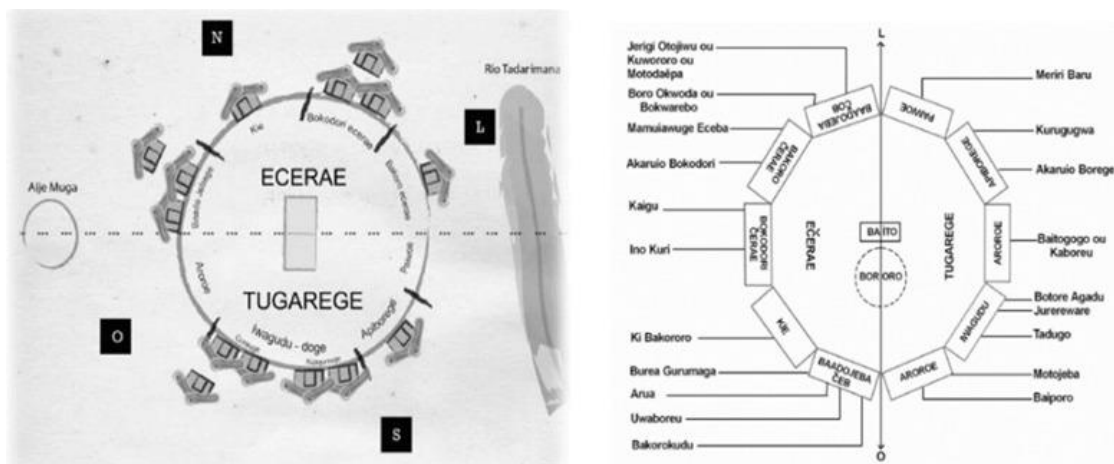


Figura 2 - Organização social em clãs e subclãs da etnia Boe Bororo. Fonte: Aguilera, 2001.

A organização social dos *Boe* é bastante complexa e aqui, neste trabalho, será apresentada brevemente de maneira conceitual. A sociedade *Boe* está organizada sob a tradição sistêmica da matrilinearidade. Cada aldeia é dividida em duas grandes metades exogâmicas. Ao Norte, conforme imagem abaixo, está o grande clã dos Ecerae, sendo essa parte dos fracos⁴ ao Sul, está localizado o clã dos Tugarege, sendo considerado o lado forte.

Além da divisão social horizontal entre Norte e Sul, há também a divisão vertical, entre Leste e Oeste, conforme pode ser observado na imagem a seguir. Segundo Adugoenau (2015), os indivíduos, ao nascerem no Oeste, serão chamados de Jusante, já os nascidos a Leste serão denominados de Montante. Para o autor, esses dois termos, Jusante e Montante, são termos técnicos usados pelas ciências

⁴ A sociedade *Boe* é bastante complexa. Alguns conceitos usados pelos não indígenas, diferem totalmente dos conceitos dessa sociedade. O conceito de fraco e forte, na concepção dos *Boe*, não tem nada a ver com força, física, com dominação e dominados.

exatas, mas que ilustram bem a concepção dos *Boe* sobre a representação da figura da mulher na sociedade. *Aije Muga*, lugar do espírito protetor dos *Boe*, é uma *muga* (mãe), nascente do rio, pois dá à luz ao filho; junto dela, tem tudo que precisa para seguir o curso da vida (*mano reia*).

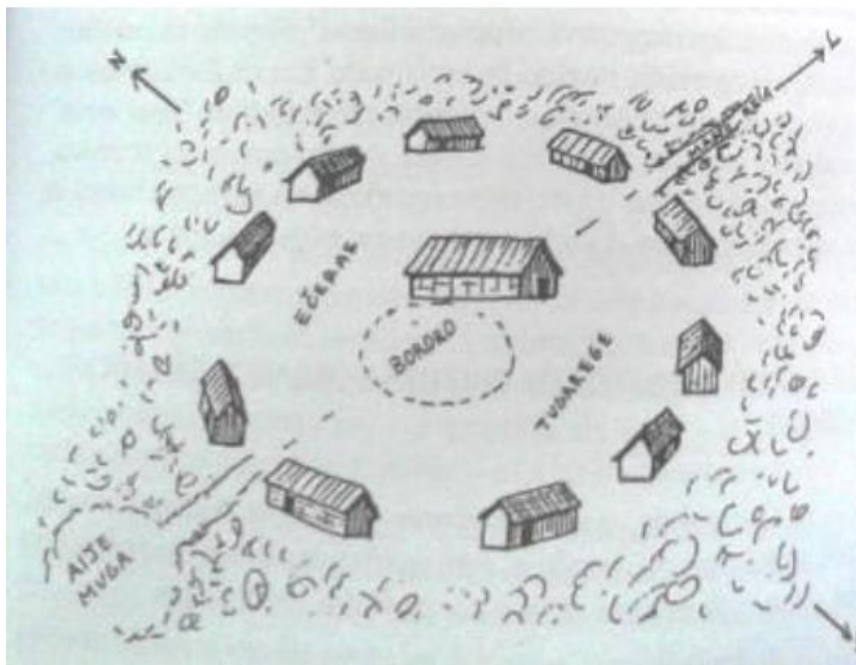


Figura 3 - Modelo da organização social bororo. Fonte: Aguilera, 2001.

Como já anunciado neste texto, a cultura Boe é bastante complexa e singular e, de acordo com Lévi-Strauss, no livro “Tristes Trópicos”, ao falar sobre essa segunda divisão (Leste-Oeste), torna-se quase impossível de ser explicado por um não indígena, pois trata-se de um *mistério*. Por isso, deter-nos-emos ao proposto neste texto, que é analisar a interação dos gêmeos Bokororo e Itubore, estampados na entrada da escola, dentro das complexas redes de rituais dos Boe.

Segundo a cultura desse povo, ao morrer e passar por todo o ritual fúnebre de purificação do *aroe* (alma), pode-se escolher em que aldeia dos mortos poderá ficar. *No Oriente, será governada por Itubore; no Ocidente, por Bokororo*. Porém ela irá percorrer uma longa viagem, com a mesma duração. Durante sua permanência na aldeia dos mortos, após um determinado tempo, o *aroe* (alma) pode se cansar de ficar em *Itubore ou Bokororo*.

Observamos, nas imagens acima, que, independentemente de sua escolha, o *aroe* sempre permanecerá nos dois lados exogâmicos da aldeia. Ele transitará livremente entre os Ecerae e os Tugarege. As imagens mostram que, a linha imaginária horizontal a dividir os dois grandes clãs atravessa ao meio o *Baito*, casa dos homens, onde são realizadas as mais importantes etapas do funeral e onde as figuras mitológicas de *Bokororo* e *Itubore* realizam as danças do funeral, conforme nos mostra a imagem abaixo.



Figura 4 - Dança do funeral bororo. Fonte: Novaes, 2006.

A imagem mostra o momento da cerimônia, quando os irmãos *Bakororo* e *Itubore* abrem os três últimos dias do funeral *Boe*, que começa na sexta-feira, com a exumação do corpo e termina no domingo com o sepultamento definitivo dos restos mortais do falecido. Quem conhece a cultura *Boe* sabe que essa imagem, fotografada ou pintada, dialoga com o leitor; por isso, é bastante importante a imagem dos dois principais seres míticos na entrada da escola.

A concepção cultural primitiva dos *Boe* afirma que *aroe* é um espírito imortal que não necessita de um corpo para morar, mas, depois de algum tempo, o *aroe* poderá, se quiser, transmigrar para o corpo de um animal como o jacaré, sapo, peixe, arara, gavião ou outro animal, como também habitar as grandes montanhas, podendo sair quando desejar.

O ritual de passagem transforma o ser do *Boe* terreno em *aroe*, ser espiritual, leve como pena para que ele possa realizar a sua longa viagem. Por isso, além das pinturas, o corpo é coberto de penas, no momento de sua morte. O *Boe* sabe que vai morrer e não tem medo; na realidade, ele quer morrer, porque ele sabe que não morre, ele apenas passa por uma transformação de *Boe* para *aroe*.

A cada funeral, todos os mortos são lembrados por seus parentes vivos e por seus representantes rituais por meio de um par de cabacinhas tocadas pelo condutor do cerimonial. A realização de um funeral ritualista sempre é um ato de coragem e respeito, exige empenho e determinação. A tristeza é, de certa forma, neutralizada pela riqueza do aprendizado e pela vontade de celebrar a magnitude da vida, pois, na cultura *Boe*, o funeral é também o momento de iniciação dos mais jovens ao mundo adulto. Uma cultura que celebra a morte e a vida. Uma cerimônia de respeito aos mortos, mas também aos jovens que se tornam homens.

Para os *Boe*, a realização desse ritual é vital para sua cultura, pois é por meio desse cerimonial que é possível, para a sociedade *Boe*, reproduzir sua instância política no mundo pela sua prática de auto representação autônoma. Em outras palavras, o funeral *Boe* é um momento de reafirmação da cultura desse povo. É um outro conceito de transmissão de sua cultura, de sua história, que foi total-

mente ignorada pela história oficial eurocêntrica. Para os *Boe*, os rituais cosmológicos de sua cultura são a melhor maneira de se aprender história. É um outro conceito sobre o aprender e que, segundo Rüsen, deve partir do princípio de que, aprender História, necessita de atribuição de sentidos. Esse conceito é muito importante para a difusão da história da etnia dos *Boe*, para a reafirmação e perpetuação de sua cultura, por meio dos rituais, na medida em que a história e a cultura são passadas por meio das práticas ritualísticas místicas, promovendo um outro conceito de aprender história. É, de acordo com Rüsen, apropriar-se, significar o que você está aprendendo sobre o passado. Quando se faz isso, quando se constrói uma didática na qual o aluno começa a dar sentido, incentivando-o a significar o conteúdo de história, aí se dá o processo muito importante segundo Rüsen, pelo qual o aluno não só compreende o tempo presente, a realidade social e a realidade do passado, mas também se autocompreende; ao construir a sua identidade histórica, ele se reconhece no processo histórico. Segundo o autor, aprender história precisa ter uma função na sociedade. E a função da história na sociedade é promover a consciência histórica.

Ante o exposto, no intuito de despertar essa consciência histórica, não só entre os *Boe*, mas, principalmente, entre os não indígenas que visitam a escola, a imagem mítica dos irmãos gêmeos *Bakororo* e *Itubore* foi estampada no rol de entrada da escola. Sua localização está posta de tal maneira que todos, ao adentrarem o espaço da escola, por qualquer lateralidade, deparam-se com a imagem, lembrando a indígenas e não indígenas que os *Boe*, assim como várias outras etnias indígenas no Brasil, possuem seu próprio conceito de história, assim como sua maneira própria de transmiti-la.

Para compreendermos melhor esta viagem à sua nova morada, guiados por *Itubore* ou *Bakororo*, é preciso que nos despojemos da mentalidade colonizadora para poder penetrar na cultura e na mentalidade dos *Boe* e, assim, observar com olhar *Boe* o seu contexto cultural. Se não houver essa troca de mentalidade, jamais se conseguirá entender o significado que subjaz em cada representação, ficando somente na superficialidade do que é apresentado.

A imagem dos dois personagens míticos, na entrada da escola, tem como objetivo estabelecer um diálogo visual de reflexão dos *Boe* para a preservação de sua cultura, assim como despertar nos não indígenas uma inquietação, levando à busca pelo sentido daquela imagem. A primeira pergunta que um não indígena faz, ao visualizar a imagem, é: Quem são? O que representam? Tal curiosidade leva a um aprofundamento no estudo sobre a cultura desse povo, descolonizando o saber para a história indígena. Para Benjamin (2006: 6),

A dialética detém-se na imagem e cita, no acontecimento histórico, o mito como passado muito antigo: a natureza como história primeva. Por isso, as imagens, como as do *intérieur*, (dentro) que conduzem a dialética e o mito a um ponto de indefinição, são verdadeiramente “fósseis antediluvianos.

A sobrevivência da história indígena, neste estudo, está ancorada na transmissão de sua história por meio dos rituais de sua cultura, sendo, como já dito, o funeral, a celebração, a confluência de todos os demais ritos culturais dessa etnia. Cada etapa do funeral representa uma concepção da história e da cultura *Boe*. O uso da imagem dos dois principais personagens míticos que estão na fundação da história e cultura dos *Boe* foi estampada em um lugar estratégico da instituição escolar, com intuito de despertar a todos que por ali passam e, obrigatoriamente, dirigem sua visão à imagem, a memória do passado do povo que compõe essa etnia, pois, como alega Hockney (2016: 9), “qualquer imagem é um relato de olhar

para alguma coisa”. Neste caso, a coisa é a tradição do povo *Boe*, a perpetuação de sua história e cultura.

A intenção da comunidade escolar, ao fazer um desenho gigante das figuras míticas criadoras da etnia *Boe*, foi estabelecer uma relação entre passado e presente. Lembrar, por meio da visualização, que a cultura *Boe* se ampara na cosmologia, onde não há essa divisão entre homem e natureza e nem a divisão do tempo, entre passado, presente e futuro. A concepção de tempo histórico, para essa etnia, é muito diferente da concepção eurocêntrica. Para eles, passado e presente estão simultaneamente entrelaçados; por isso, o uso da imagem, para eles, pode ser entendido assim como para Gayford (2016: 10), como “um ângulo pessoal sobre a realidade”. Ainda sobre o uso da imagem, na historiografia, Gayford (2016: 10) alega que as imagens podem nos constar histórias de “como as pessoas fizeram representações visuais do mundo ao seu redor por milhares de anos e como eles são vistos por nós, agora”.

A cultura e história *Boe* dentro da comunidade é transmitida, de maneira quase que exclusivamente por meio audiovisual, por meio de seus rituais, sendo o funeral seu principal cerimonial. É por meio das pinturas, da ornamentação com penas, dos cantos, das danças, da culinária, da caça, da pesca e de outras ações cotidianas de sobrevivência dos *Boe*, que sua história vem sendo perpetuada de geração em geração.

Considerações finais

Reflexões antropológicas e educacionais se fazem necessárias sobre as populações indígenas. Os embates dos movimentos sociais indígenas acabaram por levar a mudanças nas leis, inclusive com a aprovação da lei 11.645/2008. Trata-se de uma legislação que tem contribuído para uma aproximação cada vez maior da história e cultura indígena com o chão da escola. Tais conhecimentos permitem a construção de caminhos que motivam novas pesquisas que têm por objetivo o enfrentamento histórico contra as injustiças cometidas contra os povos primeiros. Injustiças pautadas pela sua invisibilidade histórica, educacional, seu genocídio, epistemicídio, dentre outras violências.

A abertura pelos estudos, leituras e pesquisas sobre a cultura indígena nos leva a aprofundar sobre vários temas que eram vistos como tabus. O conceito eurocêntrico de história, predominante durante muito tempo, considerou a fonte escrita como único registro legítimo de cultura – rica –, o que não se aplica aos povos originários. Precisamos cada vez mais aprofundar e entender que a cultura dos povos indígenas entendem, percebem e trabalham a história de outra perspectiva. A sua educação histórica é fundamentada principalmente pela transmissão dos seus ritos e rituais. Nela, o funeral é uma dessas formas de transmissão de conhecimento e de pertencimento, é a sua forma de ensinar e aprender história.

A aprendizagem histórica entre os povos *Boe Bororo* se dá muito pelas imagens e ritos. A história e a educação precisam dialogar cada vez mais com a cultura dos *Boe Bororo*, precisam aprofundar, perceber a importância dos rituais e ritos. Precisa-se avançar no diálogo com a Lei 11.645/2008, numa perspectiva e racionalidade decolonial para que possamos caminhar sem os vícios da educação eurocentrada e rumo a uma educação intercultural que sintetiza e caracteriza a sociedade brasileira.

Recebido em 30 de setembro de 2023.

Aceito em 10 de março de 2024.

Referências

ADUGOENAU, Felix Rondon. *Saberes e fazeres autóctones do povo Bororo: contribuições para a educação escolar intercultural indígena*. Dissertação de Mestrado (Educação), UFMT, 2015.

AGUILERA, Antônio Hilário. *Currículo e cultura entre os Bororo de Meruri*. Campo Grande: UCDB, 2001.

ALBISETTI, César; VENTURELLI, Angelo Jayme. *Enciclopédia Bororo*. Campo Grande, MS: Museu Regional Dom Bosco, 1962.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. Funerais entre os Bororo. Imagens da refiguração do mundo. *Revista de Antropologia*, 49 (1): 283-315, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FANELLI, Giovana de Cássia Ramos. *A lei 11.645/2008: A história de como a temática indígena passou ser obrigatória nas escolas brasileiras*. Curitiba: Ap-
pris, 2021.

FRONZA, Marcelo. “O confronto de histórias em quadrinhos sobre a conquista da América como mobilizadoras de geração do sentido histórico nas narrativas gráficas produzidas por jovens estudantes do ensino médio”. In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; ASSUMPCÃO, Luis Filipe Bantim de; SOUZA NETO, José Maria Gomes de (orgs.). *História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História*. São João do Meriti: Desalinho, 2020.

Funeral Bororo. Disponível em: <http://bororo.museuvirtual.unb.br/index.php/pt/blog/o-morimbundo-o-enfeite-do-corpo>. Acesso em: 05 jul. 2021.

HOCKNEY, David; GAYFORD, Martin. *A History of Pictures: from the Cave to the Computer Screen*. London: Thames and Hudson, 2016.

KRENAK, Ailton. *Ailton Krenak conta a sua trajetória e fala da luta permanente dos povos tradicionais no Brasil*. Youtube 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-o8IunpqgXY>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 20: 25-30, 2009.

RÜSEN, Jörn. “Formando a consciência histórica – para uma didática humanista da história”. In.: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; FRONZA, Marcelo; NECHI, Lucas Pydd (orgs.). *Humanismo e didática da história*. Curitiba: W. A. Editores, 2015.

RÜSEN, Jörn. “História prática – aprender, compreender, humanidade”. In: *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: UFPR, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Epistemologia do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

STRAUSS, Levi Claude. *Tristes trópicos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VIERTLER, R. B. A formação da sociedade Bororo: mitologia e considerações etno-históricas. *Revista de Antropologia*, 29: 1-39, 1986.